

Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 20/08/2019

- [Coordenadoria da Infância do TJPE recebe a visita de representantes de organização internacional](#)
- [TJGO, MP e Polícia Civil articulam criação de vara especializada em crimes praticados contra crianças](#)
- [Magistrados e servidores recebem treinamento para o novo Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento](#)
- [Corregedoria-Geral de Justiça aponta crescimento do número de adoções no Estado](#)
- [Reeducandos do regime aberto plantam mais de mil mudas de árvores no Recife](#)
- [Parceria entre Funase e CIEE oferta 41 cursos para socioeducandos](#)
- [Guia do CNMP traz orientações para promover acesso de jovens em condições de vulnerabilidade a programas de aprendizagem](#)
- [CIJ/CNMP promove debate sobre os meios alternativos de solução de conflitos na infância e na juventude](#)

Assunto: Coordenadoria da Infância do TJPE recebe a visita de representantes de organização internacional

Fonte: Tribunal de Justiça de PE

Data: 20/08/2019



Dentro de ônibus adaptado, integrantes das duas instituições trataram do programa

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) recebeu, em 12 de agosto, a visita de membros da organização de proteção à infância e à adolescência Childhood Brasil. A presidente do grupo, Roberta Rivellino; o gerente de advocacia, Itamar Batista; e o cônsul honorário da Suécia no Recife, Erik Sial, foram recebidos pelo presidente do TJPE, desembargador Adalberto Oliveira; pelo coordenador em exercício da Coordenadoria da

Infância e Juventude (CIJ), desembargador Stênio Neiva; pela juíza Ana Maria Wanderley; além da equipe multidisciplinar da CIJ/TJPE.

Durante o encontro, eles puderam conhecer as instalações do Centro de Referência Interprofissional na Atenção a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência (Criar), que funciona no Centro Integrado da Criança e do Adolescente (Cica), no Recife. O serviço oferece apoio especializado por meio de uma equipe formada por psicólogos, assistentes sociais, pedagogos e outros profissionais da área jurídica e da saúde.

O grupo pôde conferir as salas de Depoimento Acolhedor que funcionam no local e o trabalho dos profissionais que atuam na Unidade, tendo acesso aos dados referentes aos atendimentos prestados desde a implantação do serviço. Além disso, puderam conhecer o ônibus que atende às demandas das varas de comarcas de todo o estado de forma itinerante, e que foi adaptado para ofertar o serviço de forma semelhante às salas físicas.

A presidente da Childhood no Brasil, Roberta Rivellino, fala sobre a importância da continuidade do trabalho de implementação do serviço que foi realizado junto ao TJPE. “O nosso maior desejo é ver o que a gente traz no começo de uma implementação permanecer como legado. Pra nós, é fundamental o que estamos vendo aqui. Ficamos, em Recife, de 2007 até 2014, fazendo um trabalho forte não só no Tribunal de Justiça, mas também na área de turismo. E agora poder ver todo o trabalho que o TJPE continua fazendo, para nós como organização da sociedade civil que investe tempo e recurso, é fundamental. Essa continuidade, essa paixão de todos os profissionais, do juiz, das psicólogas, dos desembargadores, assistentes sociais, é o que faz a diferença, é pra isso que a gente existe como organização. Investir nesse tipo de ecossistema é o que pra gente faz todo sentido”, declarou Roberta Rivellino.



Integrantes do TJPE e da Childhood no Brasil

Números – Até o fim de 2018, foram ouvidas nas quatro salas de Depoimento Acolhedor do estado, 1.874 crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência. Na unidade da Capital, de maio de 2010 até dezembro de 2018, foram ouvidas 1.581 crianças. Em Camaragibe,

foram prestados 140 depoimentos especiais; no município de Petrolina 59; e, na sala de Caruaru, foram 94 depoimentos.

World Childhood Fundation – É uma organização internacional que trabalha firmando parcerias com empresas, sociedade civil e governos, oferecendo informação, soluções e estratégias para a questão da violência sexual contra crianças e adolescentes. Criada em 1999 pela Rainha Silvia da Suécia, a Childhood Brasil é certificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).

Assunto: TJGO, MP e Polícia Civil articulam criação de vara especializada em crimes praticados contra crianças

Fonte: Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude

Data: 20/08/2019



A juíza auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO), Sirlei Martins da Costa, participou nesta segunda-feira (19) de uma reunião entre membros do Ministério Público de Goiás, da Polícia Civil e da sociedade civil, para tratativas referentes à criação, em Goiânia, de uma vara especializada em crimes contra pessoas em vulnerabilidade, como crianças e adolescentes, idosos e pessoas com deficiência.

No encontro, realizado na sede da Secretaria Estadual de Segurança Pública, o delegado geral da Polícia Civil, Odair José Soares, adiantou que o órgão apoiará a proposta, dando especial atenção à melhoria das estruturas física e de pessoal das delegacias ligadas à atuação da vara.

Estiveram presentes, pelo MP-GO, a subprocuradora-geral de Justiça para Assuntos Institucionais, Laura Maria Ferreira Bueno, e os coordenadores das áreas Criminal e da Infância, Juventude e Educação do Centro de Apoio Operacional, Adriano Godoy Firmino e Rafael Machado. Pela Polícia Civil, compareceram ainda a delegada geral adjunta, Letícia Franco de Araújo, e as delegadas Ana Elisa Gomes Martins, da Delegacia de Apuração de Atos Infracionais (Depai), e Ana Lívia Batista, da Delegacia do Idoso de Goiânia. Como representante da sociedade civil, participou o psicólogo Joselino dos Santos, integrante do Fórum Goiano de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes.

Conforme ponderou Laura Bueno, a criação de uma vara especializada, especialmente em crimes praticados contra crianças e adolescentes, é uma luta histórica de quase 20 anos. Ela acrescentou que, especificamente nesta atuação, é conhecida a necessidade de investimento em infraestrutura e pessoal, principalmente pela grande demanda. Assim, a intenção é reunir esforços para que os direitos das crianças e adolescentes vítimas e das demais pessoas em vulnerabilidade sejam garantidos com maior efetividade. Segundo ponderou, a criação da Vara Especializada permitirá mais agilidade na apuração e julgamento dos processos, na medida que possibilita um contato mais próximo entre os agentes do sistema de Justiça, como delegados, juízes promotores de Justiça e advogados.

A delegada Ana Elisa Martins confirmou que a Depai tem um grande passivo e carência de pessoal, especialmente psicólogos, que, conforme definiu, “são essenciais na apuração de crimes sexuais contra crianças e adolescentes”. A juíza Sirlei da Costa acrescentou que a Lei nº 13.431/2017 (Lei do Depoimento Sem Dano) sugere que o Poder Judiciário promova esta especialização, visando promover a integração das políticas de atendimento.

O promotor Adriano Godoy acrescentou a importância de se preservar a vítima, visando evitar a revitimização. Joselino dos Santos, que também é professor da Pontifícia Universidade Católica (PUC), sugeriu que, no âmbito de um acordo de cooperação já existente entre o Estado e a universidade, sejam incluídos, especificamente, o auxílio de professores e estagiários para temas tratados no âmbito dessas delegacias especializadas.

Assunto: Magistrados e servidores recebem treinamento para o novo Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento

Fonte: Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude

Data: 20/08/2019



A partir do mês de outubro o Brasil ganha uma nova ferramenta para agilizar a reintegração familiar das crianças que estão em abrigos. O novo Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento passa a auxiliar os juízes de varas da infância em todo o país na condução de processos de adoção. Nesta segunda-feira (19) a Corregedoria Geral da Justiça do Piauí, em parceria com o Conselho Nacional de Justiça e com a Escola do Judiciário estão promovendo treinamento para preparar magistrados e servidores das Varas da Infância e Juventude a trabalhar com o novo sistema.

O curso foi aberto pelo juiz auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça, Dr. Manoel de Sousa Dourado e pela Superintendente da Ejud, Maria Evangelina. “O novo Sistema vai incorporar o Cadastro Nacional de Adoção e o Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas num só sistema, concentrando informações de instituições de acolhimento de crianças e adolescentes abrigados em todo país. Além de modernizar os cadastros, a busca de pretendentes para crianças aptas a adoção será feita de forma automática, conforme as regras do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)”, explica o magistrado, destacando que o programa também emitirá alertas de cumprimento dos prazos processuais das adoções e comunicará aos interessados na adoção sobre atualizações de cadastro.

O curso, que tem oito horas-aula, está sendo ministrado pela servidora do CNJ, Isabely Fontana de Mota, que é oriunda do Tribunal de Justiça do Espírito Santo, de onde partiu o modelo para o novo Sistema. “O novo Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento dá prioridade à proteção da infância e da juventude, de acordo com o que prevê a Constituição”, ressalta a servidora.

METAS

O objetivo do CNJ é que o novo sistema contribua para otimizar a adoção de 4.900 crianças aptas e que permanecem em abrigos, apesar da existência de 42 mil pretendentes habilitados no cadastro.

Pelo novo Sistema Nacional de Adoção, ficam consolidados os dados fornecidos pelos Tribunais de Justiça referentes ao acolhimento, à adoção, e quanto aos pretendentes nacionais e estrangeiros habilitados à adoção. Os pedidos feitos por pretendentes residentes no exterior, aliás, serão de responsabilidade dos tribunais, que deverão dispor de condições técnicas, operacionais e de pessoal para receber e dar andamento aos pedidos.

De acordo com o texto, o CNJ prestará apoio técnico às cortes. As corregedorias ou as coordenadorias da infância e juventude serão responsáveis por alimentar o sistema, cadastrar e liberar o acesso aos usuários. A meta é que o novo Sistema entre em vigor em todo país dia 12 de Outubro, quando se comemora o Dia da Criança.

Assunto: Corregedoria-Geral de Justiça aponta crescimento do número de adoções no Estado

Fonte: Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude

Data: 20/08/2019



O número de adoções realizadas no Estado da Paraíba vem crescendo nos últimos anos. Conforme dados disponibilizados pela Comissão Estadual Judiciária de Adoção (Ceja), setor especializado da Corregedoria-Geral de Justiça do Tribunal de Justiça da Paraíba, houve 117 adoções em 2016, 120 em 2017 e 134 no ano passado. Em relação às pessoas que adotaram no último ano, 131 eram domiciliadas na Paraíba e apenas três eram de outros Estados.

Já o Cadastro Nacional de Adoção (CNA) revela que existem, atualmente, 630 pretendentes cadastrados no Estado e 59 crianças disponíveis – dado que parece ser promissor. Mas, de acordo com o juiz-corregedor Antônio Silveira Neto, estas últimas não se encontram nos perfis identificados pela maioria dos futuros adotantes, visto que, cerca de 75% das crianças disponíveis possui de 8 a 16 anos.

O magistrado afirmou, ainda, que, segundo o CNA, no Brasil, existem 46.150 pretendentes cadastrados e 4.956 crianças disponíveis. Na Paraíba, só em 2018, houve 206 novas habilitações.

Antônio Silveira Neto explicou que, neste sentido, a Ceja tem traçado o panorama dos processos de adoção, considerando diferentes aspectos, como tipo, utilização do CNA, pretendentes, entre outros. “Este trabalho nos permite efetivar ações que possibilitem agilidade nos processos, bem como, verificar o crescimento da adoção nos diversos municípios paraibanos, podendo intervir para fomentar uma política voltada para o estímulo, desmistificação e apoio à adoção de crianças e adolescentes”, ressaltou o juiz.

O magistrado acrescentou que, o papel da Corregedoria é criar mecanismos de celeridade para estes processos, que, conforme o artigo 227 da Constituição Federal, são prioritários. “O aumento das adoções se deve ao fato de haver mais agilidade, através das audiências concentradas, além de maior incentivo, apoio e esclarecimentos acerca do ato, para que aconteça de forma legal e consciente, inclusive com estímulo às adoções de crianças maiores”, disse.

Os dados disponibilizados pela Ceja/Corregedoria apontam, também, que, em 2018, houve 65 adoções realizadas por meio do CNA e 67 identificadas como Adoção *intuitu personae* (“por ânimo pessoal”), que consiste na entrega da criança pelos próprios pais biológicos (geralmente a mãe) a determinada pessoa, que é, na maioria dos casos, familiares próximos ou pessoas de confiança da família consanguínea.

Assunto: Reeducandos do regime aberto plantam mais de mil mudas de árvores no Recife

Fonte: Diário de PE

Data: 20/08/2019

DIÁRIO de PERNAMBUCO

O trabalho de educação ambiental anda junto ao de ressocialização no programa de empregabilidade do Patronato Penitenciário. O resultado desta parceria são as 1.194 mudas, de várias espécies, plantadas, só este ano, em parques, praças e calçadas do Recife por reeducandos do regime aberto.



O grupo de 10 apenados trabalha na Sementeira Trindade, através de convênio do órgão da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos (SJDH) com a Empresa de Manutenção e Limpeza Urbana (Emlurb). Na área com um hectare e meio, eles cultivam uma média de 30 espécies de plantas e também realizam limpeza, capinação e remoção de ervas daninhas nas plantas.

Pelo serviço o grupo é remunerado com um salário mínimo (R\$ 998,00), alimentação e transporte. A.R.H. se identifica muito com a área de jardinagem. “Aprendi como plantar, os nomes de plantas, fazemos plantio de ipê roxo, palmeira imperial e outras espécies no Recife inteiro. As pessoas ligam e aí marcam o dia para realizar o plantio”, explica.

O manuseio com plantas também é feito pelos reeducandos que trabalham no Sítio da Trindade, através do plantio, limpeza, corte de grama, retirada do lixo, jardinagem, e manutenção da sementeira de plantas medicinais.

Assunto: Parceria entre Funase e CIEE oferta 41 cursos para socioeducandos

Fonte: Diário de PE

Data: 20/08/2019

DIÁRIO de
PERNAMBUCO



A Fundação de Atendimento Socioeducativo (Funase) e o Centro de Integração Empresa-Escola em Pernambuco (CIEE-PE) estão ofertando 41 cursos profissionalizantes a socioeducandos. Novas 11 formações serão acrescentadas nas certificações. O termo de inclusão dos novos cursos foi assinado pela presidente da Funase, Nadja Alencar, e pela superintendente executiva operacional do CIEE, Maria Inez Borges Lins. O encontro ocorreu na

sede da Funase, no bairro dos Afritos, no Recife.

Entre as novas formações estão: barbearia e corte masculino, aperfeiçoamento em barbearia e corte masculino, básico de corte de cabelo masculino, operador logístico, tapeçaria, tricotin, decoupage, artesanatos em couro e pele e artesanato em corda e sisal. Esse último curso, por exemplo, já vinha sendo realizado na Casa de Semiliberdade (Casem) Caruaru e teve parte da produção resultante das aulas exposta na Feira Nacional de Negócios do Artesanato (Fenarte), em julho.

Pelo acordo de cooperação técnica, que tem duração de cinco anos, cabe à Funase disponibilizar espaços e equipes técnicas para o acompanhamento das atividades e supervisionar a frequência dos socioeducandos nas atividades. Já ao CIEE compete capacitar instrutores que sejam funcionários ou voluntários para a realização do módulo de empreendedorismo, requisito para a conclusão de algumas formações, além de certificar socioeducandos que tenham aproveitamento de, ao menos, 75% da carga horária dos cursos.

"Inserir os adolescentes do sistema socioeducativo em oportunidades de qualificação profissional é algo que abre horizontes para a integração social deles, além de representar um estímulo para que reconstruam seus projetos de vida" •, avalia o secretário de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude de Pernambuco, Sileno Guedes, que, em março deste ano, já havia participado de uma reunião com o CIEE, ocasião em que os resultados da parceria foram celebrados, e o número de cursos oferecidos, ampliado.

Além das 11 novas formações, já são ofertados para os adolescentes e jovens da Funase cursos como Pintura em Tecido, Recondicionamento de Computadores, Eletrônica com Ênfase em Robótica, Informática Básica, Pintura Imobiliária, Arte e Reciclagem, Montagem e

Manutenção de Computadores e Culinária Básica, além do ciclo de palestras de pré-qualificação para o mercado de trabalho, dos introdutórios de reparo de computadores e eletrônica e das oficinas de aperfeiçoamento profissional.

"A ampliação da oferta acontece pelo êxito da experiência dos cursos que são executados diretamente pelos agentes socioeducativos. É um investimento que os gestores das unidades da instituição vêm fazendo ao colocar os agentes no papel de instrutores" • , destaca o coordenador do Eixo Profissionalização, Esporte, Cultura e Lazer da Funase, Normando de Albuquerque.

Assunto: Guia do CNMP traz orientações para promover acesso de jovens em condições de vulnerabilidade a programas de aprendizagem

Fonte: CNMP

Data: 20/08/2019



O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), por meio da Comissão da Infância e Juventude (CIJ), disponibiliza eletronicamente, nesta segunda-feira, 19 de agosto, o Guia de Atuação do Ministério Público – Orientações para a promoção do acesso de jovens e adolescentes em condição de vulnerabilidade a programas de aprendizagem e a cursos de qualificação profissional, que será lançado no dia 20 de agosto durante o evento Meios Alternativos de Solução de Conflitos, com ênfase em Infância e Juventude, no Instituto Serzedello Corrêa, em Brasília-DF. O material foi produzido pelo grupo de trabalho instituído pela Portaria CNMP-PRESI nº 43, de 2 de abril de 2018, renovada pela Portaria CNMP-PRESI 125, de 1º de outubro de 2018.

O guia é apresentado com o propósito de incentivar e contribuir para a atuação das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e Procuradorias do Trabalho na promoção dos direitos à escolarização e profissionalização dos adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, inseridos em programas de acolhimento institucional e egressos do trabalho do infantil. Esse objetivo está em conformidade com a Recomendação CNMP nº 70/2019, que enfatiza a importância da atuação conjunta entre o Ministério Público do Trabalho e os Ministérios Públicos dos Estados e do Distrito Federal, visando ao enfrentamento do trabalho infantil e à profissionalização de adolescentes e jovens.

“A complexidade da tarefa se potencializa em função do perfil de escolaridade deste público, dada a forte correlação entre escolarização e sucesso profissional. A situação se agrava com o preconceito e a representação social que sabemos existir sobre adolescentes e jovens autores de atos infracionais, contribuindo para torná-los invisíveis e isolados socialmente”, disse o presidente da CIJ/CNMP, conselheiro Leonardo Accioly.

O guia também destaca que há necessidade, inclusive, de estabelecer uma agenda positiva para sensibilizar o mercado de trabalho, visando a superar as práticas seletivas que aumentam a exclusão desta parcela da juventude brasileira, quando ela se apresenta em busca de oportunidades de trabalho.

Ainda de acordo com Leonardo Accioly, “a partir do (re)conhecimento das boas práticas de cooperação interinstitucional que estão sendo desenvolvidas em algumas regiões do país, o guia propõe replicar experiências semelhantes para, juntos, ensejar melhores oportunidades de educação profissional para estes adolescentes e jovens, sempre que possível, respeitando as suas preferências e potencialidades, zelando pelo caráter educativo e formativo em detrimento do produtivo e possibilitando alternativas de renda e a abertura de portas para um futuro digno”.

O guia está disponível no endereço:

http://www.cnmp.mp.br/portal/images/noticias/2019/agosto/GT_aprendizagem_compilado_1_1.pdf

Assunto: CIJ/CNMP promove debate sobre os meios alternativos de solução de conflitos na infância e na juventude

Fonte: CNMP

Data: 20/08/2019



Nestas terça e quarta-feiras, 20 e 21 de agosto, a Comissão da Infância e Juventude do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) discute os meios alternativos de solução de conflitos com ênfase na infância e juventude. O evento será realizado no Instituto Serzedello Corrêa, em Brasília. Membros e servidores do Ministério Público e do Poder Judiciário podem se inscrever pelo e-mail cij@cnmp.mp.br.

A abertura será feita às 14 horas pelo conselheiro do CNMP e presidente da CIJ, Leonardo Accioly. Na quarta, a programação começa às dez horas. Durante os dois dias, autoridades no tema do encontro irão ministrar palestras e participar de debates.

Na ocasião, serão apresentados assuntos como a possibilidade de o Ministério Público aplicar a Justiça Restaurativa na defesa da criança e do adolescente; ferramentas para restaurar a socioeducação; e negociação e implementação de políticas públicas da infância e adolescência pelo MP. O evento será encerrado com a apresentação de grupos de trabalho da CIJ.